

Jessé Torres Pereira Junior

Desembargador. Professor Emérito e Coordenador dos cursos de pós-graduação em Direito Administrativo da Escola da Magistratura e da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professor visitante da Escola de Direito-Rio, da Fundação Getúlio Vargas.

Marinês Restelatto Dotti

Professora no curso de especialização em Direito Público da Faculdade IDC (Instituto de Desenvolvimento Cultural) e no curso de especialização em Direito Público com ênfase em Direito Administrativo da UniRitter, em Porto Alegre. Coordenadora e professora nos cursos: Capacitação em Licitações e Contratos, Instrumento convocatório da licitação, Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e Convênios e outros instrumentos congêneres, da Faculdade IDC em Porto Alegre.

COMENTÁRIOS AO RDC INTEGRADO AO SISTEMA BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo

2015

abdr 
Respeite o direito autoral!

Todos os direitos reservados à
 LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
 MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.307 - Centro - RJ
 CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
 FILIAL RJ: R. Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão-RJ
 CEP: 20940-010 - Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596
 FILIAL SP: R. Conselheiro Carrão, 247 - Bela Vista, São Paulo-SP
 CEP: 01328-000 - Tels.: (11) 2645-5442 / 2645-5452
www.editorarenovar.com.br © 2015 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)
 Antonio Celso Alves Pereira
 Caio Tácito (*in memoriam*)
 Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)
 Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)
 Gustavo Binenbojm
 Gustavo Tepedino
 Lauro Gama
 Luís Roberto Barroso
 Luiz Edson Fachin
 Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.
 Manoel Vargas
 Nadia de Araujo
 Nelson Eizirik
 Ricardo Lobo Torres
 Ricardo Pereira Lira
 Sergio Campinho

Capa: Sheila Neves

Editoração Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

1340

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P344c	Pereira Junior, Jessé Torres; Dotti, Marinês Restelatto Comentários ao RDC integrado ao sistema brasileiro de licitações e contratações públicas / Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti — Rio de Janeiro: Renovar, 2015. 1160p. ; 23cm. ISBN 978-85-7147-904-3 1. Direito Administrativo — Brasil. I. Título.
-------	---

CDD 346.81052

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
 Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
--------------------	---

CAPÍTULO I — DELIMITAÇÃO DO USO DO RDC E SUA RELAÇÃO COM O REGIME ORDINÁRIO DA LEI GERAL DE LICITAÇÕES (*art. 1º*)

1. Contexto normativo.....	1
2. Caráter da Lei nº 12.462/11.....	5
3. Objeto de aplicação do RDC.....	6
4. A opção pelo RDC.....	9
5. Objetivos do RDC.....	12
5.1 Ampliação da competitividade.....	12
5.2 Troca de experiências e tecnologias em prol da relação custo-benefício.....	15
5.3 Incentivo à inovação tecnológica.....	17
5.4 Tratamento isonômico entre os licitantes.....	18
5.5 Seleção da proposta mais vantajosa.....	19
5.6. Promoção do desenvolvimento sustentável.....	21
6. Conclusão.....	26

CAPÍTULO II — EXECUÇÃO INDIRETA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SEUS RESPECTIVOS PROJETOS (BÁSICO E EXECUTIVO) (*art. 2º*)

1. Contexto normativo.....	31
2. Regimes de execução indireta.....	32
3. Regime de contratação integrada.....	34
4. Etapas que antecedem a licitação para obras e serviços de engenharia.....	42
4.1 Estudos preliminares de viabilidade técnica da obra ou serviço.....	42
4.2 Anteprojeto.....	43
4.3 Projeto básico.....	46
4.4 Projeto executivo.....	57
5. Conclusão.....	60

CAPÍTULO III — A INTEGRAÇÃO DO RDC AO MACROSSISTEMA CONSTITUCIONAL E AO SISTEMA GERAL DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS PELA VIA DOS PRINCÍPIOS (*art. 3º*)

1. Contexto normativo.....	63
2. Princípios integrativos do regime diferenciado de contratações públicas.....	64

2.1 Legalidade.....	64
2.2 Impessoalidade.....	65
2.3 Moralidade.....	65
2.4 Igualdade.....	66
2.5 Publicidade.....	66
2.6 Eficiência.....	67
2.7 Probidade administrativa.....	68
2.8 Economicidade.....	70
2.9 Desenvolvimento nacional sustentável.....	70
2.10 Vinculação ao instrumento convocatório.....	73
2.11 Julgamento objetivo.....	74
3. Outros princípios aplicáveis ao RDC.....	75
3.1 Motivação.....	75
3.2 Razoabilidade.....	76
3.3 Competitividade.....	77
3.4 Segurança da contratação.....	77
4. Conclusão.....	78

CAPÍTULO IV — DIRETRIZES OPERACIONAIS VINCULANTES (artigos 4º e 5º)

1. Contexto normativo.....	81
2. Padronização do objeto.....	82
3. Padronização de minutas de instrumentos convocatórios e de contratos.....	86
4. Busca da proposta mais vantajosa segundo requisitos predefinidos, inclusive de sustentabilidade.....	95
5. Condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as do setor privado, inclusive pagamento conforme desempenho.....	99
6. Preferência para mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução do objeto.....	104
7. Parcelamento do objeto.....	105
8. Respeito a normas de caráter ambiental, urbanístico, de proteção ao patrimônio imaterial e de acessibilidade.....	112
8.1 Normas de preservação e proteção ao meio ambiente.....	115
8.2 Acessibilidade.....	117
8.3 Impacto sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e material tombado.....	120
9. Especificações necessárias e suficientes do objeto.....	121
10. Conclusão.....	123

CAPÍTULO V — O SIGILO DO ORÇAMENTO E A TEORIA DO FATO CONSUMADO EM FACE DAS LEIS DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DO ACESSO À INFORMAÇÃO (art. 6º)

1. Contexto normativo.....	125
----------------------------	-----

2. Divulgação do orçamento nos regimes ordinários de licitação.	126
3. Sigilo do orçamento e transparência dos gastos públicos.	130
4. Aplicação da teoria do fato consumado?	141
5. Conclusão.....	144

CAPÍTULO VI — INSTRUMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE COMPRAS (art. 7º)

1. Contexto normativo.....	147
2. Indicação de marca ou modelo.....	148
3. Exigência de amostra.	152
4. Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação.....	157
5. Exigência de carta de solidariedade do fabricante.	168
6. Conclusão.....	174

CAPÍTULO VII — REGIMES DE EXECUÇÃO INDIRETA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (O “PADRÃO FIFA” É LEGÍTIMO?) (art. 8º)

1. Contexto normativo.....	177
2. A estimativa do custo global.....	189
2.1 estimativa de custo no regime de contratação integrada.	195
3. Aceitação das propostas de preço nos regimes de empreitada por preço unitário e de tarefa.	197
4. Aceitação das propostas de preço nos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral.	202
4.1 aditamento a contratos de execução de obras ou serviços de engenharia, sob empreitada por preço global.	203
5. Projeto básico.....	217
6. Projeto executivo.	222
7. Conclusão.....	223

CAPÍTULO VIII — A CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEUS REGIMES PREFERENCIAIS DE EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO (art. 9º)

1. Contexto normativo.....	227
2. O regime de contratação integrada no Decreto nº 7.581/11.	229
3. Critério de aceitabilidade da proposta.	233
4. Aditamento contratual.....	234
4.1 matriz de riscos.	238
5. Remuneração variável.	240
6. Valor estimado do objeto.....	241
7. Projeto executivo.	244
8. Conclusão.....	245

CAPÍTULO IX — A REMUNERAÇÃO CONFORME O
DESEMPENHO E A CONTRATAÇÃO DE MAIS DE UMA EMPRESA
OU INSTITUIÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO MESMO SERVIÇO
(artigos 10 e 11)

1. Contexto normativo.....	247
2. Remuneração variável.	248
3. Requisitos legais mínimos e desvio de finalidade.	252
4. Remuneração vinculada ao desempenho e contrato de risco.	252
5. Parâmetros de qualidade na execução do objeto em face do orçamento estimado....	254
6. Contratação de mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço.....	255
7. Serviço de engenharia.	256
8. Economia de escala.	258
9. Controle individualizado.	258
10. Procedimento licitatório e credenciamento.	258
11. Conclusão.....	260

CAPÍTULO X — O RITO LICITATÓRIO: DO CARÁTER BIFÁSICO
DO PROCESSO À PREFERÊNCIA PROCEDIMENTAL PELO
MODELO DO PREGÃO *(artigos 12 e 13)*

1. Contexto normativo.....	265
2. Procedimento bifásico.....	267
3. O rito procedimental.	270
4. Planejamento da licitação.	271
5. Forma eletrônica.	272
6. O procedimento licitatório no formato eletrônico.	274
7. Conteúdo do instrumento convocatório.	275
8. Indicação do recurso orçamentário.	278
9. Pesquisa de preços.	279
10. Conclusão.....	285

CAPÍTULO XI — OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DE
LICITANTES *(art. 14)*

1. Contexto normativo.....	286
2. A inteligência dos requisitos de habilitação e seus principais incidentes.	287
2.1 existência de rede credenciada.	298
2.2 declaração de que o licitante atende aos requisitos de habilitação.....	298
2.3 declaração de cumprimento das normas de proteção ao menor trabalhador.....	299
2.4 Simples nacional.	300
2.5 inscrição no CADIN.....	304
3. Habilitação jurídica.	305
3.1 participação de sociedades estrangeiras.	309
3.2 autorização do órgão fiscalizador competente.....	311
4. Regularidade fiscal.	312

4.1 Comprovação da regularidade fiscal de entidades de menor porte.....	320
5. Regularidade trabalhista.....	320
6. Qualificação técnica.....	321
6.1 registro ou inscrição na entidade profissional competente.....	323
6.2 registro ou inscrição no Conselho Regional de Administração — CRA.....	324
6.3 vistoria do local de execução de obra ou serviço de engenharia.....	325
6.4 capacidade técnico-profissional.....	326
6.5 capacidade técnico-operacional.....	329
6.6 número de atestados.....	334
6.7 visita técnica.....	336
6.8 atendimento a requisitos de lei especial, quando for o caso.....	341
7. Qualificação econômico-financeira.....	340
7.1 balanço patrimonial de exercício anterior à licitação.....	341
7.2 razoabilidade dos índices contábeis.....	343
7.3 capital mínimo ou valor do patrimônio líquido sobre o valor estimado.....	348
7.4 parcela do capital social integralizada com precatórios.....	350
7.5 discricionariedade na comprovação de situação financeira por outros meios.....	351
7.6 relação dos compromissos assumidos pelo licitante.....	351
7.7 certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.....	353
7.8 recuperação judicial ou extrajudicial e motivo para rescisão do contrato.....	354
7.9 garantia de participação.....	356
7.10 garantia em licitações destinadas à alienação de bens e direitos.....	357
8. Dispensa de documentos de habilitação.....	357
9. Realização de diligências.....	360
10. Registro cadastral.....	360
10.1 autenticação de documentos por servidor.....	361
10.2 impedimento de licitar ou contratar por efeito de sanção administrativa.....	362
11. Cobrança pelo fornecimento de editais.....	367
12. Participação de licitantes em consórcio.....	368
13. Requisitos de sustentabilidade.....	373
14. Conclusão.....	378

CAPÍTULO XII — A PUBLICIDADE NO REGIME DIFERENCIADO:
DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO À RESSALVA DA
PROTEÇÃO AOS INTERESSES DA SOCIEDADE E DO ESTADO
(*art. 15*)

1. Contexto normativo.....	381
2. Extrato.....	382
3. O acesso à íntegra do edital.....	383
4. Prazos.....	384
5. Veículos de publicação.....	385
6. Modificações posteriores à publicação do edital.....	387
7. Conclusão.....	388

CAPÍTULO XIII — MODOS DE DISPUTA (*artigos 16 e 17*)

1. Contexto normativo.....	391
2. Modos de disputa, modalidades de licitação e natureza do objeto.....	393
2.1 lances intermediários.....	395
2.2 objetos de baixa qualidade.....	399
2.3 inexecutibilidade da proposta.....	399
3. As propostas escritas iniciais.....	401
4. Critério de julgamento que combina técnica e preço.....	402
4.1 disputa pelo modo fechado.....	404
4.2 conjugação de modos de disputa.....	404
5. Etapa eliminatória.....	405
6. Reelaboração da planilha de custos.....	405
7. Conclusão.....	406

CAPÍTULO XIV — CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (*artigos 18 a 23*)

1. Contexto normativo.....	409
2. Vinculação ao instrumento convocatório.....	413
3. Menor preço.....	415
3.1 maior desconto.....	416
3.2 menor taxa de administração.....	418
4. Técnica e preço.....	419
4.1 condições para a convocação da segunda colocada.....	421
5. Melhor técnica ou conteúdo artístico.....	423
6. Maior oferta.....	424
7. Maior retorno econômico.....	426
7.1 contrato de eficiência.....	426
7.2 investimentos na execução do objeto.....	432
8. Conclusão.....	433

CAPÍTULO XV — CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS (*art. 24*)

1. Contexto normativo.....	435
2. O rito do julgamento.....	438
3. Motivos de desclassificação.....	440
3.1 vícios insanáveis.....	441
3.2 descumprimento de especificações técnicas previstas no edital.....	444
3.3 preços inexequíveis ou superiores ao orçamento estimado.....	445
3.4 propostas sem executibilidade demonstrada.....	448
3.5 desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório.....	450
4. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União.....	451
4.1 falta de assinatura na proposta.....	452
4.2 critério não enunciado claramente no edital.....	452
4.3 não cotação de preço unitário para item relevante.....	453
4.4 taxa de BDI acima de limite adequado.....	454

4.5 preços unitários inexequíveis.....	455
4.6 despesas administrativas e lucro irrisórios.....	456
4.7 itens com valores acima do orçado pela administração.	457
4.8 dever de diligência sobre inexequibilidade.	457
4.9 encargos sociais com presunção de inexequibilidade.	458
4.10 erro no preenchimento da planilha.	459
4.11 preços irrisórios ou nulos.	460
4.12 critério de classificação desconforme.	461
4.13 vinculação ao edital.	462
5. Conclusão.....	462

CAPÍTULO XVI — DESEMPATE ENTRE PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA (art. 25)

1. Contexto normativo.....	465
2. A preferência para entidades de menor porte.....	466
3. Novas propostas fechadas.	470
4. Avaliação de desempenho contratual precedente.....	471
5. Aplicação dos critérios da lei de automação e da lei geral.	472
6. Margens de preferência em licitações de outros bens e serviços.	474
7. Sorteio.....	479
8. Conclusão.....	479

CAPÍTULO XVII — NEGOCIAÇÃO (art. 26)

1. Contexto normativo.....	481
2. Dever ou faculdade?	482
3. Economicidade e eficiência.....	483
4. Sigilo do orçamento.	485
5. Conclusão.....	486

CAPÍTULO XVIII — A SUCESSÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE PARA ENCERRAR O PROCESSO (artigos 27 e 28)

1. Contexto normativo.....	487
2. Atos posteriores ao encerramento da competição.....	488
3. Saneamento de irregularidade ou anulação, total ou parcial, do procedimento.	489
4. Revogação e anulação.....	490
5. Adjudicação do objeto e homologação da licitação.	490
6. Conclusão.....	494

CAPÍTULO XIX — PROCEDIMENTOS AUXILIARES (art. 29).....497

CAPÍTULO XX — PRÉ-QUALIFICAÇÃO (art. 30)

1. Contexto normativo.....	499
2. Pontos convergentes e distintivos entre o RDC e o regime da Lei Geral.	501

3. Seleção de interessados quanto a requisitos de habilitação.....	502
3.1 as condições do procedimento.	506
3.2 ilicitude da licitação restrita a pré-qualificados.	508
4. Bens que atendam a exigências técnicas e de qualidade.	509
4.1 procedimento da pré-qualificação de bens.....	510
5. Conclusão.....	511

CAPÍTULO XXI — CADASTRAMENTO DE LICITANTES (*art. 31*)

1. Contexto normativo.....	513
2. Distinção entre registro cadastral e cadastramento.....	513
3. O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF.	514
4. Cadastramento para participar de licitação.	515
5. Documento de habilitação desatualizado no registro cadastral.	517
6. Pedidos de inclusão e exclusão no registro cadastral.....	519
7. Registro da atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas.	519
8. Conclusão.....	520

CAPÍTULO XXII — O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: PRESSUPOSTOS, VANTAGENS E PRECONCEITOS (*art. 32*)

1. Contexto normativo.....	521
2. Histórico normativo do sistema de registro de preços.....	528
3. O sistema de registro de preços no RDC.	530
4. Quadro comparativo das disposições do Decreto nº 7.581/11 e do Decreto nº 7.892/13.	530
5. Objetivos incentivados pelo sistema de registro de preços.	550
6. Natureza do sistema de registro de preços.....	552
7. Peculiaridades do sistema de registro de preços no RDC.....	553
8. Vantagens do SRP.....	556
9. Avaliação do sistema de registro de preços pelo TCU.....	559
10. Alegadas desvantagens do sistema de registro de preços.	560
11. Natureza jurídica da ata de registro de preços.....	562
11.1 prazo de validade da proposta e prazo de validade da ata de registro de preços.....	565
12. Ampla pesquisa de preços.	567
13. Hipóteses de adoção do SRP no RDC (<i>art. 89</i>).	569
13.1 contratações frequentes.....	571
13.1.1 único objeto ou única aquisição de todo o seu quantitativo.	572
13.2 compra de bens com previsão de entrega parcelada.....	573
13.2.1 serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.	574
13.3 compra de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade.....	574
13.4 compra de bens ou contratação de serviços para atendimento a programa de governo.	576
13.5 impossibilidade de prévia definição do quantitativo a ser demandado.	577
13.6 obras de engenharia.....	579

14. Modos de disputa.	584
15. Intenção de registro de preços — IRP.	586
16. Subdivisão da quantidade total do item em lotes ou grupos.	587
17. Instrumento convocatório.	591
18. Aplicação de sanções administrativas.	592
19. Foro do contrato.	595
20. Revogação do registro de preços.	597
20.1 revogação do registro de preços em razão de sanções aplicadas ao fornecedor registrado.	599
21. Órgão gerenciador.	603
22. Órgão participante.	604
23. Órgão aderente.	605
23.1 requisitos da fase interna da contratação por adesão à ata.	607
23.2 órgão participante de determinada ata de registro de preços pode aderir a outra ata de registro de preços celebrada pelo mesmo órgão gerenciador?	609
23.3 adesão de órgão ou entidade federal a registro de preços estadual, municipal ou distrital.	610
23.4 limite de adesões em caso de participação exclusiva de entidades de menor porte na licitação.	611
24. Contratos decorrentes da ata de registro de preços (aplicação do art. 57 da Lei nº 8.666/93).	613
24.1 formalização.	616
25. Acréscimo do objeto na ata de registro de preços e no contrato.	618
26. Conclusão.	619

CAPÍTULO XXIII — CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (*art. 33*)

1. Contexto normativo.	623
2. Instrumento de gestão técnica.	624
3. Padronização de requisitos de habilitação.	625
4. Padronização de minutas.	625
5. Conclusão.	630

CAPÍTULO XXIV — COMISSÃO DE LICITAÇÃO: NOVAS COMPETÊNCIAS ENCARECEM ESPECIAL ACUIDADE NA ESCOLHA DE SEUS MEMBROS (*art. 34*)

1. Contexto normativo.	631
2. Competência ampliada.	632
3. Responsabilidade.	634
4. Atuação na fase externa.	637
5. Atribuições como órgão julgador.	638
6. Princípio da motivação.	642
7. Impedimentos.	642
8. Conclusão.	643

CAPÍTULO XXV — AS CONTRATAÇÕES DIRETAS: A BUSCA POR NOVOS PARADIGMAS (art. 35)

1. Contexto normativo.....	646
2. Hipóteses de exceção à regra da licitação, “no que couber”.....	648
3. O elenco das dispensas e inexigibilidades de licitação.....	649
3.1 licitação dispensada e licitação dispensável.....	656
3.2 distinção entre dispensa e inexigibilidade.....	656
4. Dispensa em razão do valor estimado do objeto.....	658
4.1 sistema de cotação eletrônica.....	662
5. Guerra ou grave perturbação da ordem.....	663
6. Emergência e calamidade pública.....	665
6.1 desídia administrativa.....	666
6.2 urgência controlada.....	669
6.3 o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.....	670
6.4 projeto básico em contratações emergenciais.....	671
7. Procedimento licitatório deserto.....	672
7.1 aplicação da hipótese nas alienações de bens.....	676
8. Intervenção no domínio econômico, regulação de preços ou normalização do abastecimento.....	677
9. Desclassificação de propostas no procedimento licitatório.....	678
10. Bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade integrante da administração pública.....	680
10.1 contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	682
11. Comprometimento da segurança nacional.....	685
12. Compra ou locação de imóvel particular.....	697
12.1 chamamento prévio à contratação direta.....	688
12.2 realização de avaliação prévia.....	690
12.3 prazo da locação.....	691
12.4 ausência de prorrogação dentro do prazo contratual.....	691
12.5 operação “ <i>built to suit</i> ”.....	692
13. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento decorrente de rescisão contratual.....	694
14. Aquisição de alimentos perecíveis.....	697
15. Contratação de instituição brasileira incumbida de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	699
15.1 fundações de apoio.....	701
15.2 seleção de estudantes para o ingresso no ensino superior.....	707
15.3 vestibulares por meio de fundações de apoio.....	708
15.4 concurso público de recrutamento e seleção de pessoal para a ECT.....	710
16. Aquisição de bens e serviços segundo acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional.....	710
17. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.....	712
18. Impressão de diários oficiais, formulários padronizados de uso da administração ou de edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática.....	713

18.1 Imprensa Nacional.....	714
18.2 serviços de informática.....	715
19. Componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica.....	716
20. Compras ou serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas.....	717
21. Compras de material de uso pelas Forças Armadas.....	718
22. Fornecimento de mão de obra por associação de portadores de deficiência.....	719
23. Bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica. ...	720
24. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural.....	723
24.1 a administração pública como usuária de serviços públicos.....	724
24.2 vigência dos contratos de fornecimento de energia elétrica.....	725
25. Contratação entre empresa pública ou sociedade de economia mista e suas subsidiárias ou controladas.....	726
26. Contratos de prestação de serviços com organizações sociais.....	729
27. Contratação por Instituição Científica e Tecnológica — ICT ou por agência de fomento.....	732
28. Contrato de prestação associada de serviços públicos.....	732
29. Contratação de associações ou cooperativas de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos.....	734
30. Bens e serviços envoltos de complexidade tecnológica e defesa nacional. ...	735
31. Compras e serviços para atender a forças militares brasileiras em operações de paz no exterior.....	737
32. Serviços de assistência técnica e extensão rural.....	738
33. Incentivos à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial no ambiente produtivo.....	739
34. Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde — SUS.....	741
35. Cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos.....	742
36. Inexigibilidade de licitação.....	744
36.1 fornecedor exclusivo.....	745
36.2 preferência por marca.....	748
36.3 singularidade do serviço e notória especialização do prestador.....	749
36.4 serviços de publicidade.....	753
36.5 profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada.....	754
36.6 credenciamento.....	757
37. Instrução dos processos administrativos de contratação direta.....	765
37.1 instrução do processo de contratação com base no art. 24, incisos III e seguintes, e no art. 25.....	765
37.2 instrução do processo de contratação com base no art. 24, incisos I e II..	769
38. Manifestação jurídica nas contratações diretas.....	770
38.1 Manifestação jurídica nas dispensas de licitação em razão do valor.....	772
39. Publicação do ato autorizador da contratação direta, cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Geral.....	774

40. Tipificação penal.....	775
41. Improbidade administrativa.....	778
42. Conclusão.....	781

CAPÍTULO XXVI — IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: APLICAÇÃO ESTRITA OU EXTENSIVA DE SUAS NORMAS DEFINIDORAS? *(artigos 36 e 37)*

1. Contexto normativo.....	785
2. Pessoas impedidas.....	787
3. Impedimentos diretos e reflexos.....	788
3.1 integrantes de consórcio.....	791
3.2 a questão do nepotismo.....	792
4. Impedimento por efeito de sanção aplicada.....	799
5. Impedimento de membros do Poder Legislativo.....	800
6. Impedimento decorrente do descumprimento de obrigações sociais.....	803
7. Participação de empresas coligadas, com sócios em comum ou cujos sócios guardem relação de parentesco.....	805
8. Conclusão.....	806

CAPÍTULO XXVII — DIREITO DE PREFERÊNCIA *(art. 38)*

1. Contexto normativo.....	809
2. Vinculação a políticas públicas.....	810
3. Incentivo à produção de bens e serviços de informática e automação.....	811
4. Margem de preferência.....	814
5. A preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.....	818
5.1 exclusão do direito a tratamento privilegiado.....	822
5.2 direitos das empresas de pequeno porte nos procedimentos licitatórios.....	823
5.3 omissão do edital quanto ao tratamento privilegiado.....	824
5.4 parcelamento e exclusiva participação de entidades de menor porte.....	828
5.5 Simples Nacional.....	834
5.6 cessão ou locação de mão de obra.....	834
5.7 débito fiscal.....	836
6. Participação de sociedades cooperativas.....	837
7. Conclusão.....	841

CAPÍTULO XXVIII — OS CONTRATOS *(artigos 39 a 43)*

1. Contexto normativo.....	843
2. O regime jurídico do contrato administrativo.....	845
3. As regras específicas do RDC.....	848
3.1 aditivos no regime de contratação integrada.....	850
3.2 caso fortuito e força maior.....	851
3.3 alteração de projeto ou especificações.....	852
4. Recusa à assinatura do termo ou à retirada do instrumento equivalente.....	852
5. Remanescente de contrato rescindido.....	854

6. Duração dos contratos.	855
7. Aditivo em regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral.	856
8. Acréscimos a contratos fundados em ata de registro de preços.	858
9. Acréscimos e supressões.	859
10. Prorrogação.	867
10.1 prorrogação automática.	869
10.2 regras específicas.	869
10.2.1 plano plurianual.	870
10.2.2 serviços contínuos.	871
10.3 prazo.	873
10.4 “direito” à prorrogação.	874
10.5 locação de equipamentos e programas de informática.	877
10.6 vigência por até cento e vinte meses.	877
10.7 contrato por escopo.	879
11. Equilíbrio da equação econômico-financeira.	881
11.1 reajuste.	882
11.2 repactuação.	886
11.3 revisão.	889
12. Formalização.	891
12.1 contrato verbal.	895
13. Fiscalização da execução.	898
14. Rescisão.	903
14.1 impedimento superveniente do contratado.	906
14.2 fusão, cisão ou incorporação do contratado.	907
15. Recebimento do objeto.	908
16. Pagamento.	911
16.1 retenção.	913
17. Conclusão.	916

CAPÍTULO XXIX — REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO (*art. 44*)

1. Contexto normativo.	919
2. Distinção conceitual.	920
3. O quinquênio para a anulação de ato praticado em procedimento licitatório.	927
4. Aplicação de sanção após a declaração de nulidade do contrato.	928
5. Direito à indenização em caso de contrato declarado nulo.	929
6. Hipóteses de nulidade da licitação na jurisprudência do TCU.	930
6.1 deficiências do projeto básico, impeditivas do dimensionamento dos quantitativos de obra.	930
6.2 ausência de projeto básico satisfatório.	930
6.3 classificação de proposta em desacordo com exigências editalícias.	932
7. Aproveitamento da licitação mesmo em presença de vícios invalidantes.	933
7.1 exigências editalícias indevidas, sem prejuízo à competitividade.	933
7.2 indevida habilitação de licitante, que bem executa o contrato celebrado.	934

7.3 aproveitamento de licitação anterior.....	934
7.4 continuidade da execução de contrato contrária à sua anulação.	935
8. Conclusão.....	936

CAPÍTULO XXX — PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS (art. 45)

1. Contexto normativo.....	939
2. Instrumentos do direito constitucional de petição.....	941
3. Pedido de esclarecimento.	942
4. Impugnação ao instrumento convocatório.	945
5. Recursos administrativos.....	947
5.1 deferimento ou indeferimento de pedido de pré-qualificação.	948
5.2 habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de propostas.	949
5.3 intenção de recorrer.	950
5.4 anulação ou revogação da licitação.	952
5.5 indeferimento de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.	953
5.6 rescisão unilateral do contrato.	955
5.7 razões de interesse público.....	956
5.8 advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar.	958
5.9 representação.....	961
6. Vista dos autos.....	961
7. Procedimento recursal na inversão de fases.	962
8. Motivação obrigatória.....	962
9. Conclusão.....	963

CAPÍTULO XXXI — CONTROLES INTERNO E EXTERNO DAS DESPESAS (art. 46)

1. Contexto normativo.....	965
2. Inversão do ônus probatório.	965
3. Representação e direito de petição.....	967
4. O exercício das competências do Tribunal de Contas.	970
5. Conclusão.....	978

CAPÍTULO XXXII — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: PECULIAR MIX DAS PENALIDADES DAS LEIS 8.666/93 E 10.520/02 (art. 47)

1. Contexto normativo.....	983
2. Noção de sanção administrativa.....	984
3. Não entrega de documentação exigida ou apresentação de documento falso.	986
4. Recusa à celebração do contrato.....	987
5. Não manutenção da proposta ofertada e aceita.	989
6. Retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado.	989

7. Fraude à licitação ou na execução do contrato.....	990
8. Comportamento inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.	993
9. Inexecução total ou parcial do contrato.	994
10. Incidência das sanções da Lei nº 8.666/93 nos contratos sujeitos ao RDC.	995
11. Multa.	998
12. Alcance da sanção de impedimento.	1000
13. Competência para a aplicação da sanção de impedimento.	1001
14. Processo apuratório.....	1002
15. Tipos penais.	1004
16. Aplicação da Lei nº 12.846/13 em presença de lesões à administração.....	1007
17. Improbidade administrativa.....	1010
18. Conclusão.....	1013

APÊNDICE

I — LEGISLAÇÃO

LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1017
LEI Nº 12.688, DE 18 DE JULHO DE 2012.....	1037
LEI Nº 12.722, DE 03 DE OUTUBRO DE 2012.....	1039
LEI Nº 12.745, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.....	1041
LEI Nº 12.815, DE 05 DE JUNHO DE 2013	1043
LEI Nº 12.833, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1045
LEI Nº 12.873, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.....	1047
LEI Nº 12.980, DE 28 MAIO DE 2014.....	1049
DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1051

II — AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

ADI nº 4645	1089
ADI nº 4655	1113
PARECERES DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA NAS ADI	1114
BIBLIOGRAFIA.....	1137